

ANDRÉIA LOPES

PRAÇA OITO

Partidos em baixa

Pior que os políticos, só mesmo o partido que eles representam. É assim que pensa a maioria dos 400 entrevistados pelo Instituto Futura: 59,59% disseram não confiar nos políticos, enquanto 56,50% não acreditam nos partidos.

Não dava mesmo para a percepção dos capixabas ser muito otimista. Nos últimos anos, uma enxurrada de denúncias de corrupção envolveu ex-poderosos da Assembleia Legislativa e do Governo do Estado. No final de 2003, até o órgão responsável pela fiscalização das contas públicas estaduais esteve sob suspeita.

Também seria exigir demais que os entrevistados atribuíssem credibilidade aos partidos. Logo eles, que são banalizados pelos próprios políticos, seja pelo troca-troca ou pela falta de identidade ideológica.

Na Assembleia Legislativa, por exemplo, dez deputados estaduais mudaram

de legenda antes do término do primeiro ano de mandato. Alguns parlamentares, em menos de um ano e meio, já trocaram de legenda tantas vezes nesse curto período de tempo que são capazes de confundir até mesmo o mais atento eleitor. Dois exemplos: Euclério Sampaio foi eleito pelo PTB, migrou para o PHS, namorou com o Pro-

Na "fauna política", partidos com linhas programáticas definidas também estão em extinção. O PT, por exemplo, parece passar por uma espécie de crise de identidade. O partido chegou à presidência da República dizendo que "a esperança venceu o medo", mas age como o PSDB na política econômica e repete gestos políticos que tanto condenou nos tucanos, como a operação-abafa de CPIs.

Se a reforma política já tivesse sido aprovada, a tão pregada fidelidade partidária estaria valendo, e talvez a credibilidade dos partidos não estaria tão em baixa. Mas os impasses por conta dos benefícios ou não do financiamento público de campanha e os questionamentos sobre os efeitos das listas fechadas são itens polêmicos e que acabaram adiando a votação ao longo dos últimos anos.

Para a falta de credibilidade dos políticos, entretanto, não há reforma capaz de tornar alguém mais ou menos honesto. Uma legislação mais rigorosa pode ajudar, é verdade, a punir um político corrupto. Mas essa talvez seja uma responsabilidade a ser atribuída ao eleitor, que em outubro poderá democraticamente escolher novos repre-



ENTREVISTA \ Carlos Fernando Mazzoco

'O crime no Espírito Santo é mais organizado'

Destaque na 'Operação Gafanhoto', que desvendou uma fraude milionária em Roraima, o procurador Carlos Fernando Mazzoco passará a atuar no Estado neste mês

ANDRÉIA LOPES

Aos 31 anos, o procurador da República Carlos Fernando Mazzoco - que será transferido no próximo mês para o Estado e vai reforçar as investigações sobre o crime organizado - é um jovem veterano. Ele trabalha há dez anos no serviço público, já tendo passado pelo Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas da União. Em 2002, Mazzoco foi aprovado no concurso para o Ministério Público Federal. Com apenas um ano de experiência nessa função, ele atuou diretamente na investigação, em Roraima, que ficou conhecida como "Operação Gafanhoto", desmoralizando um dos maiores esquemas de desvio de verba pública de que se tem notícia no país, e que resultou na prisão de 56 pessoas, entre elas o ex-governador Neudo Ribeiro Campos. Em entrevista por telefone para A GAZETA, Mazzoco, que é capixaba de Venda Nova do Imigrante, diz que há semelhanças entre o trabalho que ele desenvolveu em Roraima e as investigações do crime organizado capixaba.

Houve algum incentivo do subprocurador-geral da República José Roberto



Analogia

Segundo Mazzoco, o crime organizado em Roraima e no Espírito Santo tem semelhanças: A grande vítima são os cofres públicos'

Divulgação

tempo que são capazes de confundir até mesmo o mais atento eleitor. Dois exemplos: Euclério Sampaio foi eleito pelo PTB, migrou para o PHS, namorou com o Prona e agora está no PMN; Délio Iglésias elegeu-se pelo PSC, mudou para o PTB e agora está no PRTB.

punir um político corrupto. Mas essa talvez seja uma responsabilidade a ser atribuída ao eleitor, que em outubro poderá democraticamente escolher novos representantes - quem sabe com mais credibilidade - para as prefeituras e Câmaras de Vereadores.

A maior reprovação da Câmara de Vereadores veio de Vila Velha: 48,96% dos entrevistados da Futura não confiam naquela Casa.

LÍDER - Os entrevistados do município da Serra apresentaram o maior grau de desconfiança em relação aos políticos: 68,89% disseram não acreditar neles.

LICENÇA - O deputado Paulo Foletto (PSB) está de licença médica. É que ele teve uma trombose venal profunda após realização de uma cirurgia no joelho, ocorrida há 12 dias.

LOTAÇÃO - Ontem, pela segunda vez consecutiva, a sessão da CPI do Seguro da Assembléia não foi realizada. Des-

ta vez por falta de quórum.

FALHA NOSSA - A coluna não poderia ter esquecido - mas esqueceu, no último domingo - que Mirtes Beviláqua exerceu por duas vezes a função de coordenadora da bancada federal capixaba, entre 1983 e 1987.

CENA POLÍTICA - Comentário de uma raposa política sobre a diminuição de gastos dos deputados federais com combustível: "Será que eles estão dando vale-transporte para os assessores?"

Fax: 3321-8633 - e-mail: alopes@redgazeta.com.br - tel.: 3321-8517

que ele envolveu em Roraima e as investigações do crime organizado capixaba.

Houve algum incentivo do subprocurador-geral da República José Roberto Santoro para que o senhor pedisse a transferência de Roraima para a Procuradoria da República do Espírito Santo?

Houve um convite por parte das pessoas que já atuavam no combate ao crime organizado no Estado, inclusive do Santoro. O procurador Henrique Herkenhoff também me convidou. Acredito que tenha sido em função do histórico da minha atuação no caso da "Operação Gafanhoto" e das investigações que venho desenvolvendo na área criminal.

O senhor tem idéia da quantia que foi desviada dos cofres públicos de Roraima?

Não temos exatamente apurado o valor. Mas só em 2002 ocorreu um desvio de R\$ 70 milhões, aproximadamente.

Como ocorria esse desvio?

O esquema que foi feito para lesar os cofres públicos e incluía pessoas na folha de pagamento, sem que elas efetivamente trabalhassem. Essas pessoas nem sabiam que estavam na folha. Como não há concurso público aqui, nem critério de admissão do servidor, simplesmente informando o número de identidade e o número do CPF, a pessoa era incluída na folha de pagamento. Então, um deputado,

Analogia

que era o caso mais comum, por meio de uma pessoa de confiança dele, convencida pessoas humildes a passar um procuração, dando poderes para que essa pessoa de confiança do deputado recebesse o salário dessa pessoa. E era uma empresa particular que fazia o pagamento, não era o banco. Era tipo um correspondente bancário. E a pessoa humilde assinava aquele documento sob o pretexto de conseguir um emprego, de conseguir uma ajuda ou alguma coisa assim. Ela não sabia que estava incluída na folha de pagamento. E o procurador, uma espécie de testa-de-ferro do deputado, ficava recebendo em nome do "gafanhoto".

O senhor participou de uma das operações mais importantes do país. Vir para o

Espírito Santo, ainda assim, é um desafio?

Eu posso dizer que é um desafio por conta das peculiaridades do Estado.

Como deve ser a linha de investigação do senhor?

O primeiro passo é analisar o que foi feito, analisar o que está em andamento. A partir daí vamos analisar o que pode ser feito. Imagino que vou seguir a linha investigatória dos que estão

Segundo Mazzoco, o crime organizado em Roraima e no Espírito Santo tem semelhanças: 'A grande vítima são os cofres públicos'

saindo e dos que estão aí. Normalmente a apresentação de algum resultado prático demora algum tempo. E a Procuradoria do Espírito Santo já conseguiu muitos resultados positivos.

Os procuradores do Espírito Santo costumam dizer que o crime organizado não acabou. O que o senhor acha?

Foi feito um bom trabalho, mas o crime organizado não acabou. E é necessária a atuação firme das instituições e o apoio da população para extirpar do Estado essa organização criminosa, que se instalou, inclusive, nos poderes constituídos.

Quando o senhor virá para o Estado?

Eu pretendo ir no dia 17 de março, mas talvez eu adie minha ida porque o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, virá a Roraima. E eu também preciso fazer uma transição aqui.

No Espírito Santo, temos um Tribunal de Contas denunciado pelo MPF. O senhor pretende atuar nessas investigações?

Se surgir algum elemento novo, sim. Mas o conselheiro tem prerrogativa de foro e é julgado no Superior Tribunal de Justiça. Quem o processa, então, é o subprocurador-geral da República.

Na opinião do senhor, como fica a legitimidade de um órgão como esse, que teve cinco dos seus sete integrantes denunciados?

Em termos de legitimidade, fica seriamente prejudicado.

Aí em Roraima, dois conselheiros do Tribunal de Contas também foram envolvidos na "Operação Gafanhoto"...

A participação deles era similar à dos deputados. Eles tinham um testa-de-ferro que juntava os gafanhotos. E o dinheiro dessas pessoas na folha não ia para a pessoa hu-

milde, ficava para eles.

Em relação à legislação dos casos de corrupção, o senhor acha que há muitas falhas?

As penas são brandas, deveria ter previsão específica para crime de desvio de dinheiro público. Tem que separar um crime de peculato de um desvio de recurso público grande. Um crime dessa natureza é grave, se equipara a um crime hediondo, porque tem conseqüências graves para a sociedade. Exemplo disso é o desvio de verba pública da saúde. Falta medicamento no hospital e a pessoa morre. Quantas pessoas são internadas, algumas até falecem, por conta da falta de recursos na saúde? O desvio de verbas públicas, indiretamente, pode causar a morte de uma pessoa. E uma morte cruel. Aqui em Roraima, dezenas de recém-nascidos morreram numa maternidade por falta de assepsia.

O senhor acha que haverá semelhanças entre as investigações realizadas em Roraima e as investigações do crime organizado capixaba?

Acho que tem semelhança entre o trabalho aqui em Roraima e o trabalho que eu possa a vir a realizar no Espírito Santo. Tanto aqui quanto aí, a grande vítima é o cofre público. Mas aí o crime é mais organizado.

Mais organizado que em Roraima?

Aqui aconteceu de modo mais amador.

Aqui, então, a investigação é

mais difícil?

Talvez sim. Mas aí já passou a primeira etapa, que foi muito difícil. Os procuradores Ronaldo Albo, Henrique Herkenhoff, entre outros, tiveram que vencer uma inércia inicial forte. Aqui, a crença na impunidade levou a que se tivesse menos cautela no cometimento dos crimes. Isso facilitou a investigação e a descoberta do crime.

Vou seguir a linha dos procuradores que estão saindo e dos que estão aí

Perfil

DESTAQUE RÁPIDO NO MINISTÉRIO PÚBLICO

Natural de Venda Nova do Imigrante, Carlos Fernando Mazzoco formou-se em Direito em 1997 pela Universidade Federal do Espírito Santo - mas começou o curso na Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim. Em 1993, antes de concluir o curso, ele começou a atuar como técnico de finanças e controle do Ministério da Fazenda. Em seguida, passou a atuar como técnico da Receita Federal na Alfândega de Vitória. Em 2000, Mazzoco começou a trabalhar como analista de finanças e controle do Tribunal de Contas da União. A aprovação no concurso do Ministério Público Federal ocorreu em 2002 e a posse como procurador da República aconteceu em 2003. Desde então ele trabalha em Roraima. Com quatro meses naquele Estado, atuou diretamente na "Operação Gafanhoto". Também lá, ele atuou na "Operação Diamante", que acusou Leonardo Dias Mendonça, de crime organizado, lavagem de dinheiro e tráfico de drogas. Parentes de Leonardo que moravam em Roraima foram interrogados pelo procurador.